NOTIFICAÇÃO Nº 228/2023 - DICOP

PARA: João Coelho Braga

Secretário da Secretaria de Estado das Cidades e Territórios - SECT.

END.: Av. Mário Ypiranga, CD Privilege Club, AP 182, Air Tower. Manaus/AM.

E-MAIL: não informado.

PROCESSOS TCE/AM N.º 13.804/2022.

OBJETO: Representação Interposta pelo Sr. José Ricardo Wendling em desfavor do Governo do Estado do Amazonas e da Secretaria de Estado das Cidades e Territórios (SECT), em face de possíveis irregularidades acerca de desapropriação de área de imóvel de interesse local.

De acordo com os arts. 18 e 19, inciso I c/c art. 20 da Lei nº 2.423/96, fica Vossa Senhoria notificado para, no prazo de **15 (quinze)** dias (art. 86°, *caput*, da Resolução n.º 04/2002 – RITCE), apresentar razões de defesa, justificativas e/ou documentos a esta Corte de Contas, assegurando o direito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5.º, inciso LV, da Constituição Federal), referente ao constante no *LAUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 89/2023-DICOP*, que segue anexo. Informo-lhe ainda que lhe é facultado, dentro do prazo para apresentação da defesa, a possibilidade de recolher os valores referentes à restrição que ensejou o débito, **referente ao Achado 3**, do referido no Laudo Técnico Preliminar, corrigidos monetariamente, decorrentes da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos despendidos em obras e/ou serviços de engenharia, sujeitos à fiscalização por esta Corte de Contas, conforme disposto no art. 20, §2º da Lei nº 2.423/96.

Informamos que as razões de defesa e demais documentos <u>devem ser encaminhadas</u> <u>através do Domicílio Eletrônico de Contas – DEC</u> (conforme disposto na Portaria Nº 939/2022-GPDRH), a recepção de documentos funciona todos os dias, 24 horas por dia, podendo ser acessado diretamente no Portal deste TCE/AM, através do link: https://dec.tce.am.gov.br/dec/login.jsf, ou pela Central de Ajuda, através do link https://sites.google.com/tce.am.gov.br/central-de-ajuda-dec?pli=1.

Ao responder a notificação, Vossa Senhoria faça expressa referência ao número do processo em questão, cuja omissão impossibilitará o recebimento da defesa. E, ao anexar documentos, recomenda-se que sejam relacionados em folha à parte, com indicação do número da restrição à qual se refere a justificativa, para efeito de discriminação das provas produzidas.

Manaus, 14 de junho de 2023.

Assinado digitalmente

Ronaldo Almeida de Lima Diretor da DICOP

Av. Ephigênio Salles, nº 1155 – Aleixo – Manaus-AM – CEP: 69.060-020 Telefones: (92) 3301-8125/3301-8233















Processo TCE nº: 13.804/2022

Assunto: Representação

Objeto: Representação Interposta pelo Sr. José Ricardo Wendling em desfavor do Governo do Estado do Amazonas e da Secretaria de Estado das Cidades e Territórios (SECT), em face de possíveis irregularidades acerca de desapropriação de área de imóvel de interesse local.

Interessados: José Ricardo Wendling (Representante), Governo do Estado do Amazonas (Representado) e Secretaria de Estado das Cidades e Territórios – SECT (antiga SPF) (Representado)

Relator: Alber Furtado de Oliveira Júnior

LAUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 89/2023-DICOP

1. Introdução

Em atendimento ao **DESPACHO 683/2022-GAUALBER**, às fls. 27/28, esta DICOP passa a realizar a análise preliminar do processo em tela, em relação aos aspectos técnicos de engenharia, com base na documentação acostada aos autos até a presente data.

2. Despesa

a. <u>Imóvel Matrícula nº 7261</u>

Objeto: PAGAMENTO REFERENTE DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA DE IMÓVEL DE INTERESSE SOCIAL LOCALIZADA NA CIDADE DE MANAUS NO BAIRRO ZUMBI DOS PALMARES, CONFORME DECRETO Nº. 45.812, DE 08/06/2022. VALOR TOTAL: R\$ 6.296.273.00.

Interessado: SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO – SUHAB.

Proprietário: CONSTECA CONSTRUÇÕES S/A.

Nota de Empenho: 2022NE0000191.

Data: 10/06/2022

Valor: R\$ 6.296.273,00.

Credor: JADER OLIVEIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (CNPJ

22.476.267/0001-92)

Matrícula: 7261 – 4º Cartório de Registro de Imóveis

Área da matricula: 14.093.82m².

Perímetro: 516,65m.

Localização: Imóvel localizado na Estrada do Aleixo, km 05, Bairro Zumbi dos Palmares, Manaus-

AM.

b. <u>Imóvel Matrícula nº 7262</u>

Objeto: PAGAMENTO REFERENTE DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA DE IMÓVEL DE INTERESSE SOCIAL LOCALIZADA NA CIDADE DE MANAUS NO BAIRRO ZUMBI DOS PALMARES, CONFORME DECRETO Nº 45.820, DE 09/06/2022. VALOR TOTAL: R\$ 11.128.562,00.

Interessado: SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO – SUHAB.



Proprietário: CONSTECA CONSTRUÇÕES S/A.

Nota de Empenho: 2022NE0000190.

Data: 10/06/2022

Valor: R\$ 11.128.562,00.

Credor: JADER OLIVEIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (CNPJ

22.476.267/0001-92)

Matrícula: 7262 – 4º Cartório de Registro de Imóveis

Área da matricula: 25.730,78m².

Perímetro: 617,48m.

Localização: Imóvel localizado na Estrada do Aleixo, km 05, Bairro Zumbi dos Palmares, Manaus-

AM.

c. <u>Imóvel Matrícula nº 7263</u>

Objeto: PAGAMENTO REFERENTE DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA DE IMÓVEL DE INTERESSE SOCIAL LOCALIZADA NA CIDADE DE MANAUS NO BAIRRO ZUMBI DOS PALMARES, CONFORME DECRETO Nº 45.821, DE 09/06/2022. VALOR TOTAL: R\$ 103.663.660.00.

Interessado: SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO – SUHAB.

Proprietário: CONSTECA CONSTRUÇÕES S/A.

Nota de Empenho: 2022NE0000192.

Data: 10/06/2022

Valor: R\$ 103.663.660,00.

Credor: JADER OLIVEIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (CNPJ

22.476.267/0001-92)

Matrícula: 7263 – 4º Cartório de Registro de Imóveis

Área da matricula: 241.370,19m²

Perímetro: 2.857,06m.

Localização: Imóvel localizado na Estrada do Aleixo, km 05, Bairro Zumbi dos Palmares, Manaus-

AM.

3. Documentação Apresentada

a. Imóvel Matrícula nº 7261

Consta nos presentes autos os seguintes documentos técnicos:

Item	Documento	Folha (s)
1	Exposição de Motivos nº 001/2022-SECT	58-59
2	Procuração proprietário ao credor	33-34
3	Parecer PGE	41-45
4	Registro de Imóvel - Matrícula nº 7261 4º Cartório de Registro de	48-52
	Imóveis	
5	Nota de Empenho 2022NE0000191	54
6	Termo de Acordo Administrativo	63-67



7	Memorial Descritivo	73
8	Minuta Decreto Desapropriação	60-61
9	Planta do terreno (áreas e limites)	222
10	Planta Poligonal	249
11	Publicação Decreto	250
12	Laudo de Avaliação Simplificado	251-264
13	Relatório Fotográfico	ausente
14	ART ou RRT	558
15	Planimetria georreferenciada	561

b. Imóvel Matrícula nº 7262

Consta nos presentes autos os seguintes documentos técnicos:

Item	Documento	Folha (s)
1	Exposição de Motivos nº 002/2022-SECT	118-119
2	Procuração proprietário ao credor	93-94
3	Parecer PGE	101-105
4	Registro de Imóvel - Matrícula nº 7262 4º Cartório de Registro de	108-112
4	Imóveis	
5	Nota de Empenho 2022NE0000190	114
6	Termo de Acordo Administrativo	123-128
7	Memorial Descritivo	134-135
8	Minuta Decreto Desapropriação	120-121
9	Planta do terreno (áreas e limites)	499
10	Planta Poligonal	542
11	Publicação Decreto	408-409
12	Laudo de Avaliação Simplificado	527-539
13	Relatório Fotográfico	ausente
14	ART ou RRT	557
15	Planimetria georreferenciada	562

c. Imóvel Matrícula nº 7263

Consta nos presentes autos os seguintes documentos técnicos:

Item	Documento	Folha (s)
1	Exposição de Motivos nº 003/2022-SECT	301-302
2	Procuração proprietário ao credor	273-274
3	Parecer PGE	280-284
4	Registro de Imóvel - Matrícula nº 7263 4º Cartório de Registro de	287-295
	Imóveis	
5	Nota de Empenho 2022NE0000192	297
6	Termo de Acordo Administrativo	306-319



7	Memorial Descritivo	329-338
8	Minuta Decreto Desapropriação	303-304
9	Planta do terreno (áreas e limites)	374-375
10	Publicação Decreto	409-410
11	Laudo de Avaliação Simplificado	414-427
12	Relatório Fotográfico	ausente
13	ART ou RRT	559
14	Planimetria georreferenciada	560

4. Achados de Auditoria

ACHADO 1: A desapropriação não foi contemplada no PPA, LDO e LOA.

Situação encontrada: O Deputado Federal José Ricardo Wendling, por meio da Representação às fls. 2/12 relata a ausência de contemplação da despesa no PPA, LDO e LOA.

Evidências: Processo nº 13.804/2022.

Critério legal: art. 74 inc. I c/c art. 165 c/c art. 167 caput e inc. I da CF.

Providências: apresentar a documentação ou justificativa referente ao PPA, LDO e LOA.

ACHADO 2: Ausência de informação sobre a fonte de recursos para arcar com as despesas.

Situação encontrada: O Deputado Federal José Ricardo Wendling, por meio da Representação às fls. 2/12 relata a ausência de informação sobre a fonte de recursos para arcar com as despesas.

Evidências: Processo nº 13.804/2022.

Critério legal: LRF, arts. 8° e 50.

Providências: apresentar a documentação ou justificativa referente à ausência de informação sobre a fonte de recursos para arcar com as despesas.

ACHADO 3: Valor de desapropriação acima do valor de mercado.

Situação encontrada: Dispêndio de dinheiro público no pagamento referente à desapropriação do imóvel com valores superiores ao de mercado visto que, se consultarmos os <u>Valores Básicos dos Bairros</u>, fornecido pela Prefeitura de Manaus, por meio da PGM, encontraremos como valores por metro quadrado R\$ 415,97/m² para as faixas lindeiras (300m para cada lado a partir do eixo) da Av. Cosme Ferreira (São José/Zumbi) e R\$59,10/m² para as demais áreas do bairro Zumbi.



Dessa forma, considerando que o valor total de avaliação apresentado por meio dos Laudos, às fls. 251-264/414-427/527-539,referente aos 3 (três) imóveis (Imóvel Matrícula nº 7261, Imóvel Matrícula nº 7262 e Imóvel Matrícula nº 7263) perfaz a monta de **R\$ 121.088.495,00** (cento e vinte e um milhões, oitenta e oito mil e quatrocentos e noventa e cinco reais) e o valor identificado, por meio da presente análise preliminar, é de **R\$ 100.049.568,50** (cem milhões, quarenta e nove mil, quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos), resultado da multiplicação da área de 233.785,29m² pelo valor de R\$ 415,97/m² para a área dos imóveis dentro da faixa lindeira da Av. Cosme Ferreira somando-se a multiplicação da área de 47.409,50m² pelo valor de R\$59,10/m² para as demais áreas do imóvel no bairro Zumbi, constatou-se que houve um pagamento a maior do montante total de R\$ 21.038.926,50 (vinte e um milhões, trinta e oito mil, novecentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos).



Evidências: Processo nº 13.804/2022.

Critério legal: arts. 62 e 63 da Lei 4320/64.

Providências: justificar as irregularidades ou recolher aos cofres públicos o montante devido no valor de **R\$ 21.038.926,50** (vinte e um milhões, trinta e oito mil, novecentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos).

ACHADO 4: Utilização de Laudo de Avaliação Simplificado para avaliar terreno de valor vultoso.

Situação encontrada: Foi identificado nos autos, conforme documentação fornecida pela SECT, que foram utilizados Laudos de Avaliação Simplificados para avaliar os imóveis em questão. O item 10 da Norma ABNT 14.653 – Parte 2, normativo que trata de avaliações de imóveis, categoriza os tipos





de Laudo. Desta forma, não identificamos justificativas para a utilização do tipo de Laudo de Avaliação Simplificado no lugar de ter usado Laudo de Avaliação Completo.

Evidências: Processo nº 13.804/2022.

Critério legal: Item 10 da Norma ABNT 14.653 – Parte 2.

Providências: apresentar a documentação ou justificativa referente ao presente Achado.

É o Laudo Técnico Preliminar.

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS PÚBLICAS, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 22 de maio de 2023.

[Assinado digitalmente]

JUAREZ DE SOUZA CRUZ NETO

Auditor Técnico de Controle Externo - Obras Públicas Matrícula 19283-A

[Assinado digitalmente]

FERNANDO HENRIQUE DE VASCONCELOS DIAS BALIEIRO

Auditor Técnico de Controle Externo - Obras Públicas Matrícula 001.932-1A

[Vistado digitalmente]

RONALDO ALMEIDA DE LIMA

Diretor da DICOP